



o casamento e as estratégias de sobrevivência da família operária na agricultura paulista

Maria Coleta F.A. de Oliveira*

Resumo - A partir de um objetivo maior de reconstrução das trajetórias individuais e estratégias familiares de mulheres engajadas no trabalho agrícola no Município paulista de Pederneras, é focalizado um momento particular, o do casamento. O casamento constitui evento particularmente crítico na vida das pessoas e de suas famílias, explicitando-se em função dele alguns dos interesses fundamentais que cimentam a vida doméstica. A análise destes interesses divergentes permite divisar uma imagem bastante complexa da vida familiar, imagem em que conflito e coesão aparecem como faces de uma mesma moeda. Além disso, evidencia-se o modo como o tempo histórico interfere no tempo individual e familiar, estruturando a cada momento alternativas de vida desiguais. Nesse sentido, mostra-se como as transformações na agricultura da região, ao definirem determinadas possibilidades de ganhar a vida, ocasionaram mudanças no significado do casamento como alternativa para a mulher das classes subalternas.

O casamento é um dos acontecimentos da vida familiar que mais se presta à análise do significado da família. Evento de extrema importância individual e social, o casamento constitui momento particularmente crítico em que se explicitam os interesses envolvidos na convivência doméstica. Nosso objetivo neste trabalho será o de verificar de que maneira o casamento constitui para a mulher das classes subalternas na agricultura uma resposta às tensões e conflitos decorrentes de sua subordinação às estratégias de sua unidade familiar. Ao mesmo tempo procuraremos avaliar em que medida as transformações que se processaram na agricultura teriam ocasionado mudanças no significado desta alternativa de vida para a mulher.

* Pesquisadora do Núcleo de Estudos de População - NEPO/UNICAMP.

A trajetória de vida da mulher trabalhadora agrícola do Oeste Paulista está marcada, desde cedo, por um compromisso com a sobrevivência do grupo familiar do qual faz parte. No passado, este compromisso envolvia tanto o trabalho nas lavouras de café quanto nas roças alimentares, já que, sob o regime do colonato, boa parte da subsistência era diretamente produzida. Deste modo, a mulher solteira encontrava-se necessariamente vinculada a uma família, dessa vinculação dependendo sua sobrevivência individual.

A erosão do tempo trouxe uma crescente dependência à mercadoria no suprimento dos meios de vida necessários à subsistência da família trabalhadora. A intermediação do dinheiro nesse processo fez com que a sobrevivência do grupo familiar passasse a depender da destinação comum de salários individualmente auferidos. A contribuição da mulher ainda menina vai além de sua participação na produção direta ou na geração de renda, envolvendo, em ambos os períodos, o auxílio precoce à mãe nas tarefas domésticas. Portanto, se é verdade que a individualização do trabalhador tende a desarticular a família enquanto unidade de força de trabalho, nas condições atuais a família se mantém como grupo fundamental na cooperação para o consumo.

A compulsoriedade dessa cooperação torna possível integrar interesses cuja compatibilidade é, no entanto, problemática. Desse ponto de vista assemelham-se experiências de vida da infantil e adolescente distanciadas no tempo. Ou seja, famílias de colonos do passado e de trabalhadores hoje assalariados na agricultura distinguem-se pelo campo de alternativas a partir do qual se definem e se efetivam suas estratégias de sobrevivência. Em ambas as situações, porém, estas estratégias se sobrepõem aos interesses individuais, gerando com isso conflitos que irão marcar as trajetórias de vida das pessoas.

Vale a pena precisar alguns dos conteúdos da noção de estratégia de sobrevivência que aqui utilizamos. Em primeiro lugar, constitui um conjunto de escolhas efetuadas em um campo estruturado de alternativas. Isto porque dependem fundamentalmente das possibilidades de engajamento das classes subalternas na produção de excedentes e das relações de trabalho a que se acham submetidas. São as formas de exercício da capacidade de trabalho que organizam o tempo do cotidiano, do mesmo modo que é o trabalho que permite o acesso aos meios de subsistência. A partir daí se definem as possibilidades de vida que se abrem ou se fecham ao indivíduo ao longo de sua trajetória.



Em segundo lugar, a noção de estratégia de sobrevivência tem por base a constatação de que as opções que lhe dão forma entrelaçam interesses de um grupo. De fato, é ao nível da família enquanto unidade doméstica de vida que podemos detectar estratégias de sobrevivência. Como mecanismo que permite aos membros do grupo beneficiarem-se do trabalho dos demais, as relações domésticas constituem a matriz dessas estratégias.

Contudo, a operação desta matriz de escolhas não prescinde da existência de tensões e conflitos. Coesão e tensão são, em realidade, faces de uma mesma moeda. A adversidade das condições materiais constitui, ao mesmo tempo, palco para a afirmação de interesses individuais e base da solidariedade familiar.

A análise destes aspectos contida nas páginas que se seguem apóia-se em entrevistas realizadas com trabalhadoras agrícolas em 1977 e 1978 residentes no município de Pederneiras, no Oeste Paulista. Numa primeira etapa do trabalho, foram entrevistadas 194 trabalhadoras agrícolas residentes na cidade (volantes) e 109 trabalhadoras agrícolas residentes nas fazendas de café e cana de açúcar do município. A elas aplicou-se um formulário, contendo informações básicas sobre o grupo doméstico, família, trabalho agrícola, condições de moradia, etc. Aplicou-se ao mesmo tempo um formulário de história de vida, cobrindo aspectos como história familiar e conjugal, comportamento reprodutivo, escolaridade e migração. A análise do conjunto deste material foi complementada por aquele resultante de entrevistas qualitativas gravadas, de acordo com o roteiro flexível, num total de cerca de 60 horas de gravação. São estas entrevistas qualitativas que servem de matéria prima neste artigo. (1)

1. A FAMÍLIA ENQUANTO UNIDADE DOMÉSTICA DE VIDA

A família constitui hoje e no passado unidade de cooperação com base na qual se efetivam as possibilidades de sobrevivência individual. De fato, a vinculação doméstica oferece os principais contornos da disponibilidade de recursos com os quais contam as pessoas nela envolvidas. Desse modo, as relações de afinidade e consangüinidade se vêm reforçadas pelos vínculos da cooperação doméstica. Essa cooperação se torna compulsória em decorrência da precariedade das condições de vida.

Vejamos o que nos dizem os depoimentos das mulheres que entrevistamos acerca de sua participação na sobrevivência de

sua família.

Na primeira situação, trata-se de uma filha com 18 anos à época da entrevista. Respondendo à indagação sobre o que fazia com o dinheiro que recebia pelo trabalho como volante, residindo em companhia dos pais, disse:

"Ah! às vezes eu repartia com meu pai, né. Ajudava... Preci sava repartir. Ajudava um poco ele, dava um poco a ele e o resto ficava pra mim... Muita vez, quando eu tirava trezen tos, dava cento e cinquenta pra ele e cento e cinquenta pra mim. Eu repartia. Se dava duzentos, eu dava cem pra ele e cem pra mim".

Perguntada sobre o que achava disso, respondeu:

"... de primeiro ele dava um pouquinho só pra mim! Não dava nada! Eu achava, bom, comecei a ajudar, né. Porque, coitado! Ti nha bastante irmão pequeno, né. E o que ele ganha... quase não dá, né. Eu nunca fiquei sem dá, sabe. Sempre dei!". (2)

Na segunda situação, uma entrevistada relata as razões que, anos antes, fizeram com que retornasse para a casa dos pais, após tentativa de fazer a vida como doméstica em São Paulo.

"Fiquei pouco tempo... fui pensã assim mais um pouco... Porque tinha de ajudã meu pai que já estava um pouco velho... minha mãe também. Tinha sô meus irmão mais novo em casa. E meus irmão mais velho tava tudo pra fora, e eu que tava em lugar do mais velho. Aí, eu que tinha que ficã em casa, pra resolvê, prá ajudã meu pai a resolvê alguma coisa. Assim, numa doença que fosse preciso levã no médico... Eu ajudava, agora não ajudo mais porque não estou em casa... Assim, ajudava fazê compra, pagã aluguel, pagã gás, pagã farmácia..."

E, indagada se arcava com estas despesas sozinha, completou:

"Não! Eu ajudava o pai pagã... Não era eu sozinha que fazia não. Ajudava a pagã. Ajudava pagã os livro pros meus irmão-zinho, comprava caderno... De primeiro pagava... agora meu ir mão está pagando essas coisa pra eles". (3)

Alguns aspectos nos depoimentos que acima transcrevemos merecem especial atenção. Em primeiro lugar, em ambos os casos é manifesta a consciência da necessidade de sua ajuda no orçamento doméstico. Para uma delas, é o fato do pai ganhar



pouco diante de tantos filhos pequenos que fundamenta seu papel. Repartir seus ganhos não era uma exigência paterna gratuita, mas uma decorrência da insuficiência de seu salário. Para outra, sua necessidade de colaborar no orçamento doméstico se expressa em termos de uma divisão de responsabilidades no rol de despesas da família. Este papel decorre, ademais, da conjuntura familiar. Tendo em vista a idade dos pais, as tarefas e encargos são por ela assumidos pelo fato de ser a mais velha na ausência dos irmãos. Nessas circunstâncias, via como necessária sua permanência em casa, arrogando a si as responsabilidades que caberiam ao primogênito.

Além disso, em ambos os casos é nítida a idéia de que a permanência na casa paterna implica na subordinação aos interesses do grupo familiar, personificados por vezes na figura do pai. Em seu relato acerca de suas idas e vindas entre a roça e o emprego como doméstica, a primeira entrevistada avaliava positivamente o segundo em função da independência em relação ao pai. O emprego em casas de família não só lhe dá possibilidade de escapar ao rígido controle paterno de seus passos, como também permite que se envolva relativamente menos nos problemas da sobrevivência quotidiana de sua família. Segundo ela, embora procurasse remeter periodicamente algum dinheiro ao pai, muitas vezes retinha todo seu salário, nisso justificando-se pela necessidade de pagar as prestações pela compra de roupa e peças de enxoval. Portanto, sua ausência de casa lhe possibilita fazer um uso distinto de seus ganhos, de outra forma repartidos com o restante da família.(4)

Na segunda situação que acima mencionamos, estes aspectos aparecem de modo bastante claro, retornando a elas a entrevistada no decorrer de seu depoimento.

" Ele (o pai) não gostava que a gente saísse de casa assim... para trabalhar. Ele queria que ficasse em casa. Porque ele... se a gente precisasse, ele dava, pagava roupa, pagava sapato, dava de tudo que a gente queria. Dava... dava grana pra gente sábado, dava cigarro que a gente precisasse fumar, ele dava. Mas ele não queria que a gente saísse... Mas eu sou muito impaciente de ficar só em casa ".

P.: E por que ele queria que vocês ficassem em casa?

"Ah! Porque em casa ajudava mais ele, né. A gente estava fora assim, a gente ajudava assim, mandava um pouco de dinheiro pra ele. Mas em casa, ajudava mais! " (5).

E segue relatando que, quando esteve em São Paulo, manda

va ao fim do mês algum dinheiro retendo, contudo, a maior parte para fazer face a suas despesas pessoais.

O tema da permanência em casa em função da necessidade de colaboração para a sobrevivência doméstica é recorrente nas entrevistas. Aparece em relatos acerca de situações de hoje e do passado, tanto por parte dos filhos com relação aos pais e destes em suas avaliações acerca dos primeiros.

Assim, em seu depoimento acerca de sua fuga para casar, nos diz uma das entrevistadas, hoje com três filhos já crescidos:

" Eu mesma fugi (...) Eu fugi, que a minha família não queria o casamento. No começo eles queria o casamento. No começo eles queria, mas no fim eles não quiseram(...) Eles sabiam que eu ia casar mesmo. Eles não queria que casava, queria que eu ficasse só ajudando eles, né. Mas bobo é outro! Eu não tinha liberdade... Naquele tempo nosso namoro não é que nem hoje... Se eu saía com ele, ela (a irmã mais velha) saía junto. E de domingo, eu não tinha a liberdade de passear que nem as outras, assisti jogo ... e terço, essas coisas assim. Não tinha liberdade não! Era só em casa e na roça! Ia ficar presa, amarrada?". (6)

É entretanto, aos filhos a quem outras se referem:

" As minha filha foi embora tudo nova, muiê, tudo nova! A senhora vê, ela vai fazer 20 anos e já tá com três que ele fugiu! É nova, né. Podia tá ajudando ainda né, muiê! Hoje a moça casa tudo cedo, né". (7)

" Quando as crianças são pequenas é duro demais! E depois que eles cresce, depois que eles fica grande, tira o deles aí ... Tem que dar mais dinheiro pra eles porque com pouco eles não quer. Se eles ganha o salário, o salário é deles. Eles fala: "Eu, vou dar a metade pra mim comê?" Eles não vão dar a metade de ... Esse rapazinho aí ganha mil e quinhentos. Tem vezes que ele dá três mil e duzentos pra comê, fica só com trezentos pra ele. Depois que casa, então...! A moça que agora podia ajudar mais, agora ela já saiu, tá trabalhando pra ela! Ela não dá nada! Compra roupa pra ela, compra enxoval..."(8).

Vários aspectos merecem destaque nos depoimentos transcritos acima. Ressalta, em primeiro lugar, a necessidade de cooperação na luta pela vida. O pertencimento a uma unidade familiar implica em um compromisso de ajuda na solução da questão básica que é a manutenção quotidiana. Entregar boa



parte de seu salário aos pais é o corolário do fato de que "quem não trabalha, não come". Aliás, é esta a imagem, bastante realista afinal, usada por uma das entrevistadas, ao dizer que seu filho dava maior parte do que recebia em troca de comida.

A destinação coletiva do trabalho e do ganho não se efetiva, no entanto, sem conflitos. Na verdade, a aceitação da subordinação às estratégias de sobrevivência da família convive com a aspiração (para uns e, para outros, a ameaça) de escapar a esta subordinação. A importância da família como unidade de cooperação doméstica faz da saída da casa paterna um momento particularmente crítico. Na medida em que os níveis de consumo do conjunto encontram-se na dependência, fundamentalmente, dos recursos disponíveis no seio da unidade doméstica, a saída de um dos filhos coloca em questão a capacidade de sobrevivência dos que ficam. Ou seja, ao saírem de casa, passam a "trabalhar para si" em oposição ao "trabalho para o pai", personificação do coletivo familiar.

Esta idéia é explicitada no último depoimento reproduzido acima. No caso, referia-se a entrevistada a sua filha de 20 anos que acabara de empregar-se como doméstica em uma cidade vizinha. Sua principal queixa era que a menina não mandava nada para casa. Além disso, não só deixara de ganhar mais no trabalho na lavoura, quanto recusava-se a prestar qualquer tipo de ajuda em casa em suas periódicas estadas dos fins de semana. Como dizia... "ela já saiu, tá trabalhando pra ela!". Neste caso, como em outros acima relatados, morar junto ou separadas da família define as expectativas mútuas de cooperação. A sobrevivência individual no contexto da unidade familiar encontra-se deste modo vinculada à sobrevivência do conjunto. Mesmo que pequenas parcelas sejam retidas para um consumo individual, boa parte dos ganhos auferidos passam às mãos daqueles encarregados de gerenciar o cotidiano doméstico. (9)

1.1 O CASAMENTO : SUBORDINAÇÃO E INDEPENDÊNCIA NO CONTEXTO FAMILIAR

Como passo inicial de uma trajetória de vida independente, o casamento constitui um momento privilegiado para a análise das expectativas e interesses em jogo. (10) O casamento concretiza uma possibilidade sempre presente no contexto de vida da família, possibilidade esta que é a autonomia dos filhos.

De fato, o casamento implica, na maioria das vezes, na

formação de uma unidade doméstica independente. As indicações de que dispomos sugerem que esta não constitui tendência nova, mas sim uma característica da estrutura familiar das classes subalternas no Brasil desde tempos passados. (11) É verdade que, excepcionalmente, pode o jovem casal residir com a família de origem de um dos cônjuges. Este constitui, no entanto, arranjo doméstico eminentemente temporário, tendendo a constituir-se duas unidades nucleares em lugar da anterior. (12)

Os conflitos envolvidos na formação de uma nova família aparecem recorrentemente nas entrevistas realizadas. Numa delas, a entrevistada nos relata as dúvidas que se apresentaram quando da descoberta de que esperava um filho do namorado. Este, tão logo ciente do fato, manifestou-se insistentemente favorável a um aborto. Contudo, acaba cedendo às pressões de sua própria família para que assumisse a responsabilidade pela consequência de seus atos. Acaba trazendo a com panheira para junto de sua mãe e irmãos, não sem contudo protestar, segundo seu relato;

"Bom, já qui cês qué, eu vô! Cês qué qui eu case sem tê condição de casamento. Eu vou lá! Vou buscá ela, trazêela aqui dentro!... Ele sabia pensá, também. Ele tinha três irmão que num trabaiava, e tinha vô doente, a mãe... Era quatro em casa e só três trabalhava. Ele num tava moço privinado prum casamento... O que ele fazia era prá ajudá em casa. Trabalhava, dava tudo dinheiro pra mãe. Nem rôpa pra visti num dava pra ele comprá". (13)

Ao que este depoimento sugere, era prematura a saída de casa do filho que, respondendo a demandas conflitantes, acaba por incorporar a mulher em sua família de origem. As tendências de nucleação acabam, contudo, por cindir a unidade doméstica assim ampliada, dando origem a uma nova unidade constituída por mulher e filho apenas. No dizer da entrevistada, era muita gente vivendo junto em espaço extremamente reduzido. Sua separação não implica, no entanto, em uma interrupção da relação com aquele homem que lhe viria ainda dar mais dois filhos.

Demandas conflitantes parecem ser, em outro caso, responsáveis pela ruptura de uma união, iniciada aos 12 anos, e da qual tivera origem cinco gestações. Trata-se de uma entrevistada com 20 anos que declarara haver casado cedo porque se sentia explorada pelo pai, já que o ajudava na roça sem nada receber em troca. Recém separada do marido, assim respondeu à indagação acerca das diferenças entre a vida com o



marido e aquela com o pai:

" No começo ele era (bom). Mas depois ... Num querosabê da quela gente! Ele e a família dele! Eu me matava de trabalhã, dava todo o dinheiro pra ele. E ele, tratava da família dele! Era muita gente, muitos irmãos. A família dele passava bem e eu passava necessidade. Se é para passar necessidade, passo sozinha! "(14)

Obviamente que vários elementos encontram-se envolvidos nas situações brevemente descritas. Ressalta, contudo, a idéia de que a associação homem-mulher implicaria numa redefinição das relações de cada um dos parceiros com sua família de origem. Constitui, dessa maneira, a etapa primeira no processo de formação da família como unidade de vida quotidiana. A formação de uma nova unidade familiar supõe a formulação de estratégias de sobrevivência independentes, podendo apenas convergir temporariamente em situações extraordinárias.

É em função desta pressuposição que as entrevistadas ora justificam, ora lamentam a falta de ajuda de seus filhos homens uma vez casados.

" Ele tem a casa dele também, né. Ele mora aí parede-meia comigo, mas ele não comprou as coisa dele ainda. Agora, no pagamento, quando levanta o café, que ele vai compra, né. Comprou só uma cama e traia de cozinha (15)

" Os mais vêio eram casado, muiê! Mas nunca levou 1 kg de arrois pra mim, nunca! Falava assim: "Mãe, a senhora tem meus irmão pequeno, vou dá 1 kg de arrois pra senhora". "Mãe, eu comprei um pão e trouxe para meus irmão pequeno! Isso não, nunca! Não tive auxílio de parente nenhum!"(16)

Mas, mesmo nesta segunda situação, em que as queixas com relação aos filhos retornam em vários trechos da entrevista, a mãe ressalva as qualidades deles enquanto pais e maridos. Revela assim que seu ressentimento tem origem na independência de suas estratégias de vida pois, segundo ela, são bons pais e bons maridos, só não são mais bons filhos :

"... não é falã, mas eles são tudo trabalhador. Lavoura, mas são trabalhador! Eles não deixa as muiê deles passãfarta das coisas. Ropa, carçado, comida, não farta! "(17)

Completando o quadro, transcrevemos abaixo outro trecho do depoimento de uma das entrevistadas acima citadas, pela eloquência e clareza de seu argumento.

"Os filhos sempre tem de ajudá os pai. Não é porque goste ... os filhos têm obrigação de ajudá. Os filhos e as filhas, tu do tem obrigação de ajudá os pai ".

E, indagada sobre as reações à sua saída de casa para vi ver com o homem de quem gostava, contestou:

" Ah! Minha família não pode fala dispois que eu saí de ca sa, não... Mas os filho não pode ajudá pai e mãe todo o tem po! Uma moça também não vai ficá em casa dos pai dela a vi da inteira! Ela tem que procurá a melhora dela... Assim ... casá ou montuá qualquer coisa que ela quizé!" (18)

Deste modo, é evidente que a aspiração em escapar à su bordinação e aos interesses do grupo familiar convive com a aceitação desta mesma subordinação que, assim, assume um ca rãter eminentemente temporário. A consciência de um destino comum impõe-se a todos, mas apenas temporariamente abafando expectativas de autonomia e independência. No depoimento aci ma, o casamento aparece como possibilidade de independência individual. Casar ou "montuar qualquer coisa" são colocados em oposição e exclusão à ajuda aos pais, indicando um proje- to de contornos turvos, com excessão de seu caráter autônomo em relação às estratégias de sobrevivência da família de ori gem.

Estas constituem parte das evidências que nos levam a encarar o casamento no contexto estudado como uma via privi legiada de afirmação de uma vida independente, permitindo con cretizar estratégias de vida desvinculadas da família de ori gem. Sua efetivação marca, no entanto, um momento de tensões e eventuais conflitos, na medida em que coloca em questão a própria capacidade de sobrevivência da unidade familiar, ante cipando sua desagregação.

Cabe aqui indagarmos em que medida as mudanças no signi- ficado da família, em decorrência de alterações no processo de trabalho, interferem nesta caracterização do casamento que aqui sustentamos. Em termos mais simples, assume este mo- mento o mesmo caráter hoje e no passado?

Do nosso ponto de vista, o casamento foi no passado e constitui no presente a principal alternativa de escape à su bordinação familiar para a mulher das classes subalternas vin culadas à produção agrícola na região. Vejamos por que.

Como vimos, dois aspectos distinguem fundamentalmente o trabalho sob o colonato daquele como proletárias agrícolas.



Estes são o grau em que a força de trabalho se encontra individualizada e o grau de autonomia-subordinação no processo de produção de mercadorias.

Sob o colonato estava garantida uma esfera de relativa autonomia ao trabalhador e sua família. Isto se deveu à contratação de famílias em um tipo de organização da produção em que a elas era transferida parte do controle sobre o processo de trabalho. Nestas condições, a capacidade individual de trabalho integra uma unidade maior, constituída pelo conjunto dos membros da família aptos a desempenhar as tarefas da lavoura.

Para a mulher solteira, fazer parte de uma família de colonos significava despendar seu esforço nas atividades consignadas a seu pai, chefe de um grupo de trabalhadores constituído por membros de sua própria família. A alternativa ao trabalho na lavoura era, no contexto da fazenda de café, o auxílio à mãe nas tarefas estritamente domésticas, atividade muitas vezes conciliada com as tarefas agrícolas.

Além destas, eram restritas as possibilidades de trabalho para a mulher. Afora eventuais e reduzidas oportunidades no comércio e na indústria, o emprego como doméstica constituía a principal alternativa, implicando quase sempre na migração para um núcleo urbano. Desse modo, especialmente a partir dos anos cinquenta, a crescente urbanização no Estado de São Paulo fez com que se ampliassem as possibilidades de vida independente para a mulher solteira das classes subalternas.

Em função do que foi dito acima, é importante verificar em que medida estas mudanças afetaram a percepção de alternativas de vida para a mulher e, em consequência, o significado do casamento.

Se é verdade que as alterações no processo de trabalho e sua organização não tiveram consequências diretas sobre o papel desempenhado pelas filhas na unidade familiar, é verdade também que provocaram provavelmente impacto sobre o papel mediador da família. A importância dos nexos familiares na organização do trabalho sob o colonato fazia com que a filha percebesse seu trabalho como subordinado à figura do pai. Este, como chefe das "unidades técnicas de trabalho familiar", (19) determinava o que, quem e quando fazer, a ele reportando-se os demais integrantes do grupo. Desse modo, as relações da filha e dos demais membros da família com o fazendeiro eram mediadas pela autoridade de seu chefe. Este papel

mediador fazia com que a imagem de pai pudesse ser aproximada àquela de patrão, expressa na frequente referência por parte das mulheres ao fato de que trabalhavam para o pai. (20) A compulsoriedade da participação dos filhos no trabalho conjunto acentua a fusão destas imagens.

A proletarização do trabalhador e sua individualização como força de trabalho alteram em certa medida o quadro acima delineado. Embora seja mantida ao longo destas mudanças a dependência em relação ao exercício da capacidade física de trabalho, a sobrevivência familiar passa a requerer uma destinação comum dos salários individualmente ganhos. Desse modo, a "ajuda" prestada pelas filhas solteiras não decorre automaticamente da atividade que desempenham na lavoura. Além disso, sua relação com o mundo exterior deixa de passar necessariamente pela figura paterna, na medida em que comparecem individualmente no mercado de trabalho, ao mesmo tempo em que são elas que, individual e diretamente, se subordinam ao capital no processo real de trabalho. A intermediação do dinheiro, nestas condições, torna a família extremamente vulnerável aos anseios de independência dos filhos. Mesmo porque, já se encontra generalizado o processo de individualização da capacidade de trabalho, ampliando teoricamente as possibilidades de vida independente com relação à família de origem.

É preciso que se tenha em mente que, mesmo na situação de proletarização, alguns arranjos de mão-de-obra servem para mostrar a importância do papel mediador da família. Trata-se dos casos em que famílias inteiras são contratadas para o desempenho de tarefas especialmente na colheita de café. Nos casos em que isto ocorre, o pagamento pelo serviço executado é feito em função da produção alcançada pelo conjunto dos membros da família. Sem entrarmos aqui em detalhes acerca do sistema de empreita hoje e de seus efeitos sobre o trabalhador, vale destacar um de seus aspectos. Em situações desse tipo, cada membro da família trabalha sob a ordenação de seu chefe, desempenhando cada qual uma atividade no conjunto do processo da colheita. Em primeiro lugar, jogam todos os grãos no chão, encarregando-se os menores dos ramos inferiores. Depois de executada esta etapa, os filhos começam a rastelar os grãos, ajudados pelos menores ou menos experientes, que catam os grãos fora do alcance dos rastelos. Pai e mãe vêm atrás levantando o café, abanando com a peneira para separá-lo do entulho.

Ao referir-se a sua experiência nesse sistema quando menina, uma das entrevistadas relatou-nos que uma vez acertava



das as contas, o pai dava algum dinheiro para os filhos, para que pudessem fazer face a suas pequenas despesas. Contudo, o dinheiro era diferencialmente distribuído, combinando-se critérios do mercado e aqueles relativos à hierarquia familiar:

" Pra mais velha ele dava um pouquinho mais, né? Porque é mais velha, porque sabia banar também né! Banava também. Então ele dava mais, né? A gente ficava quieta, né. Porque ela era a mais velha, né! " (21)

Ao que este trecho de seu depoimento indica, estes diferentes critérios legitimam-se mutuamente, numa situação em que o sistema de exploração da força de trabalho envolve a cooperação de todos os membros da família. Na situação acima descrita, apesar do assalariamento, o chefe da família conserva ampla margem de controle sobre o trabalho dos filhos.

No entanto, são limitadas as situações em que se dá, como nessa, um assalariamento disfarçado, prevalecendo as forças que conduziram à completa individualização do trabalhador. Esta individualização crescente não impede que, como já vimos, a sobrevivência continue dependente da cooperação, redefinida em função da completa mercantilização dos meios de vida. Desse modo, mantém-se na família a importância da correspondência entre trabalho e consumo, funcionando um como contrapartida do outro e vice-versa.

Assim, se no passado a família constituía um pressuposto das formas de ganhar a vida existentes, no presente isto deixa de ser verdade. Do ponto de vista das filhas, o casamento constituía em função disso a principal via de independência. A partir dele reproduzia-se com novas gerações um mesmo modo de vida, coerente com as formas de organização da produção então vigentes. A possibilidade de sobrevivência da mulher independentemente da imediata constituição de uma nova unidade familiar torna o casamento uma alternativa dentre outras. As condições do presente submetem a unidade familiar às forças do mercado, atingindo diferencialmente cada um de seus membros. Nessas condições, a migração passa a constituir uma ameaça a mais a pesar sobre a coesão da família.

E, aqui, tocamos num aspecto sobre o qual vale a pena adiantarmos algumas idéias. Apesar de não termos material suficiente para explorá-las, algumas pistas surgem a partir das entrevistas realizadas, bem como de informações provenientes de fontes de outra natureza. (22) Estes elementos esparsos nos levam a crer que a migração feminina para as cidades envolve aspectos extremamente complexos. Nossa hipótese

é que a condição subordinada das filhas, mais que dos filhos, dá margem a que a mulher solteira vivencie, com a migração, intensa ambigüidade. (23)

De certo modo, isto aparece em depoimento que transcrevemos páginas atrás, quando a entrevistada relata as razões que a fizeram apressar seu retorno. Ao mesmo tempo em que concretiza uma alternativa de vida que lhe permite escapar ao controle familiar, empregando-se como doméstica na área de destino, mobiliza-se com a situação dos que ficam. Para algumas, o melhor remédio é a distância, receando serem procuradas por parentes por temerem ver-se diante da necessidade de prestar-lhes ajuda. Como nos dizia certa feita uma doméstica solteira, migrante em São Paulo: "Da família quero distância, família só atrapalha!". Para outras, no entanto, a ambigüidade se resolve através do envio periódico ou esporádico de dinheiro ou mesmo, com seu retorno temporário. Em geral, voltam em momentos de crise na família de origem, em que o desemprego, a doença ou a falta de um de seus provedores fazem com que suas economias signifiquem uma ajuda extremamente importante.

Em função disso, a migração das filhas pode tornar-se compatível com as estratégias de sobrevivência da família de origem. Inclui-se neste caso, tipicamente, certa migração nordestina para São Paulo, envolvendo homens e mulheres que para aqui se deslocam sozinhos. A migração não implica, muitas vezes, em um rompimento dos laços familiares anteriores. A periódica remessa de dinheiro realimenta na verdade esses vínculos, integrando-se nas estratégias de vida dos que ficaram. Em alguns casos, é a suplementação da renda monetária pelos que saem que viabiliza a manutenção de formas precárias de exploração familiar da terra nas áreas de origem. (24)

A ampliação das alternativas de vida independente para a mulher acentua o caráter tenso da coesão familiar. A mercantilização dos meios de vida abre novas vias de manifestação de forças já existentes, apenas encobertas pelo acanhado espaço deixado pela importância das relações familiares. (25) Desse modo, este caráter tenso não deve ser visto, no entanto, como um produto das transformações sociais, pois estas apenas acentuam-no.

Estas observações nos remetem a um terceiro elemento de nosso argumento. Até aqui consideramos dois deles quais sejam, o papel mediador da família e a existência ou não de alternativas para o indivíduo independente, especialmente para a mulher solteira. O terceiro elemento tem a ver com o



próprio conceito de casamento e o que ele significa vis a vis a experiência familiar prévia da mulher.

Não mais interferindo na produção, a família permanece importante como arranjo cotidiano de vida, subordinando-se a ela os interesses individuais. Esta subordinação acaba aparecendo aos olhos das filhas como responsável pela ausência de correspondência entre a contribuição para o orçamento doméstico e o padrão de vida permitido pelo conjunto da renda gerada.

Presididas por critérios de reciprocidade, as relações entre pais e filhos na família tornam-se críticas, eventualmente degenerando-se, quando esta reciprocidade é, por alguma razão, rompida. (26) Do ponto de vista das filhas, deixa de existir nessas situações a correspondência a que nos referimos entre trabalho e consumo,

O casamento precoce é, desse modo, freqüentemente associado ao fato de terem sido "judiadas" quando meninas ou adolescentes, como evidenciam os depoimentos a seguir reproduzidos. Neles verificamos que o casamento aparece hoje e no passado como alternativa à exploração no contexto da família.

Contando-nos sua vida, uma entrevistada relata as razões que a levaram a casar "antes mesmo de me formar", expressão usada para indicar a entrada na puberdade. Aos 12 anos, com a morte do pai e o casamento de um dos irmãos, seus problemas começaram, conduzindo-a a casar tão logo a oportunidade se apresentou:

"Casei cedo por causa de não ter pai. Minha cunhada judiava! Judia porque escondia as coisas da gente, de comê, escondia café... Tinha hora, tudo tinha hora! Eu brigava, eu era ruim mesmo! Eu chegava da roça, ia mexer numa panela, ela achava ruim... Depois que ela casou, nem minha mãe não cozinhava mais..." (27)

"Vou falar pra senhora. Me arrependi de casar com 16 anos. Porque não fui criada com pai. Fui criada com padastro. E meu padastro judiava muito de mim... judiava muito de mim, fazia eu trabalhar bastante, xingava muito eu. Eu falei: "Ah! não! Eu vou casar!", Meu marido bebia um pouco, de pinga assim, mas bater em mim nunca bateu". (28)

Relatando como sua vida foi só de trabalho, submetida à autoridade de um pai enérgico, afirmou outra entrevistada:

"Por isso que eu casei nova. Casei com 14 anos e meio. Casei porque já estava desacomodada de trabalhá e não ganhá nada! Sempre andando descarsa, com roupa ruim...

...
Gostava mais ou menos dele. Porque a gente é criança, né, não sabia direito as coisa. Papai não queria que casasse, não... porque se saísse, saía de ajudá ele, trabalhá, né" (29)

"Ah! Eu não gostava muito dele não (risos), né! Eu casei porque naquela época eu morava junto com um tio meu, né. Que a minha vó era viúva e morava naquele tempo sempre junto com o filho. Então... todo mundo dava conseio prá mim casá, né. Então eu achei que era melhõ casá, casei. Que nem diz o otro, a gente não casô por amor mesmo né! "

P.: E a sra. achou bom ter casado?

"Quê dizê que a gente achô bom porque eu era criada pra's casa dos otro, né! Minha vó sempre morava com as filhas, e às vez a gente não cumbinava muito bem, né. Eu achei que casá foi miô, né".

E, relatando como trabalhava e vivia com os tios, meeiros de café, desabafa:

"Vou dizê pra sra., acho que foi por isso que eu se apinchei logo casá, porque eu fui muito judiada, viu! Eles fazia plantação, vendia, eu não via dinheiro! Roupa prá mim eles nem comprava... Quando casei, eu nem levei uma peça do enxoval, que eles num dero... só a coisa que eles mi deu foi o vestido do casamento, só! " (30)

Nas situações acima relatadas o modo de vida a que se achavam submetidas era vivenciando como exploração. Em qua se todas elas, a expressão utilizada é "judiar", relatando como eram ruins seus pais, padrastos ou tios. E, em cada contexto, "judiar" significa não ver retribuído seu esforço na luta conjunta pela vida. É o trabalho sem salário, o trabalho e pouca roupa ou comida ou mesmo, o trabalho e a restrita liberdade de movimentos em contrapartida. Desse modo, a ausência de reciprocidade diz respeito não apenas à contrapartida de consumo material, insuficiente aos olhos de quem participa com seu trabalho da sobrevivência da família.

Depoimentos já reproduzidos anteriormente evidenciam este aspecto, presente tanto hoje quanto no passado. É assim que algumas das mulheres se queixam do controle exercido so



bre seus passos pela família, em alguns casos, especialmente no que diz respeito às relações com o sexo oposto. A subordinação familiar implicava numa ausência de liberdade para fazer qualquer coisa que não fosse o trabalho na roça(31). É em função da ausência de uma correspondência entre o esforço do trabalho e, no caso, o limitado espaço de liberdade individual que ambas justificam sua fuga para casar. Em um dos casos — situação na qual era o tio como chefe da família cuja autoridade era contestada — assim explicitou a entrevistada sua decisão em fugir com alguém de quem gostava "um pouco só":

"Ah! Eu não parava com ninguém, né! E depois...judiava da gente ... e depois também queria judiá. Então...melhõ é arrumã um casamento e casã. Ao meno sussega,nê!"(32)

Em todas as situações descritas o casamento aparece como meio de escapar da exploração, atribuindo em geral ao chefe do grupo familiar a responsabilidade pelas condições que vivenciam.

Relatos semelhantes acerca de suas experiências são feitos por mulheres cuja união é evento mais recente, ocorrido em período distinto daquele em que viveram as primeiras. Além do depoimento que já reproduzimos páginas antes (33), os que se seguem reiteram os mesmos elementos em diferentes circunstâncias.

Ao relatar-nos que fugira aos 12 anos, no dia seguinte àquele em que conheceu seu companheiro, assim se justifica uma das entrevistadas:

"Fugi porque meu pai era ruim, ruim de danã; Punhavanõi pra trabaia e num dava nada pra nõi. Eu mais meu irmão. Meu irmão é mais novo. Eu com 9 anos, meu irmão com 7 anos de idade! Meu pai ia cortã cana, ele pegava duas ruas e dava duas ruas pra meu irmão. E, chegava no fim, a gente tinha que ter cortado tanto quanto ele. Eu ia mais minha mãe. E ele num dava nada pra nõi. Nõi trabaia no nome dele. Ia tudo pra mão dele! Aí eu fugi!". (34)

" Tô com 19 anos! Eu fugi num tinha 13 anos. Faltava quatro mês para 13 anos! Esse menino aí já vai fazê 4 anos. É a otra vai fazê 2 anos (...) Fugi por causa do meu pai ... ele era ruim! Meus irmãos era ruim, até agora eles são. Porque eles bebia! Eles bebe intê agora. Gostava de judiá ... Trabalhava na roça... num comprava ropa... num comprava de comê! Ah! Eu tava sofrendo! Aí começô ... o fio dela ven

dia ropa, começou encarã, a oiã... Pediu namoro pra mim, ai eu aceitei. Namoramo poco, acho uns três meis, ai... né! "

(35)

A aspiração em escapar à subordinação familiar, presente nos depoimentos acima, aparece também claramente no diálogo entre duas entrevistadas amigas. Uma delas já casada, com 22 anos e outra, com 13 anos, prestes a sair de casa para viver com o namorado. Ao revelar suas hesitações em fugir, revela as razões que a compeliã a tal, arrependida de voltar a morar com a mãe após tentativa de viver com parentes na mesma cidade:

N.: " Eu arrependi de vortã com minha mãe, ela é ruim..."

C.: " Bota ela todo dia cedo pra i trabaia ! "

N.: " Quem trabaiaava mais era eu... Sabe porque eu não gosto de ficã na minha casa? Porque eu não gosto de levantã cedo do prá fazê o almoço. E, minha mãe, ela bateu em eu porque eu não quero levantar! E eu escondo de baixo da mesa! "(36)

Também da perspectiva das entrevistadas enquanto mães, e não apenas enquanto filhas, aparece nos depoimentos a importância da reciprocidade nas relações familiares. Foi assim que manifestou-se uma delas — incluída na série de depoimentos reproduzidos acima — ao avaliar a idade com que haviam casado os filhos:

" Eu achei cedo. Eu dei conselho prá eles não casã. Eu achei bobagem eles casã cedo. Aqueles tempo, a gente não tava com a vida muito ruim prá eles casã cedo, pra quê? Eles quiseram casã assim mesmo. Eu não queria que eles casasse. Eu falei pra eles: "Pra que vocês casã, cês têm de tudo! Eu arrumava a roupa deles, podia passã, i onde eles queriam, podiam sai". (37)

Para esta mulher, parece que casar cedo se justifica apenas quando a vida na família de origem é insatisfatória. Assim como ela havia se casado cedo — em seu entender porque não suportava mais a exploração paterna — assim também na ausência desta não havia porque casarem os filhos. Em outros momentos da entrevista, queixa-se do fato de tão cedo terem deixado de ajudar aos pais, lamentando não terem adiado pelo menos uma pouco sua decisão em casar. Outra entrevistada converge na mesma direção ao explicar porque suas filhas — fundamentais no sustento da família — não pretendiam casar tão já. Segundo ela, as filhas eram de opinião que enquanto es-



tivessem comendo e bebendo não queriam ouvir falar de casamento. É como se o casamento só se justificasse quando fossem precárias as condições experimentadas na família de origem.

Como a outra face da mesma moeda aparece a idéia, bastante frequente aliás, da necessidade de "agradar" àqueles que trabalham. Algumas vezes, é em função desta necessidade que justificam a inclusão de certos itens de "luxo" na "despesa" mensal. São, em geral, itens de consumo alimentar, tidos como supérfluos do ponto de vista do padrão da dieta usual como carnes em geral, verduras e legumes, cujo consumo é bastante restrito dentre as famílias de trabalhadores na agricultura que conhecemos. A consciência do valor nutritivo destes alimentos é patente pois consideram-nos especialmente necessários em casos de doença. (38)

Muito freqüentemente, também, o zelo pelas filhas se expressa pela compra de presentes destinados a uma utilização individual. Desse modo, em muitos casos, o enxoval das filhas é acumulado peça por peça ao longo do tempo que separa sua entrada na "força-de-trabalho" e o casamento. Retribuição à colaboração prestada ao orçamento doméstico, a compra paulatina do enxoval evita a apropriação pelas filhas de parte daquilo que recebem. Aos olhos das mães, evita também que conflitos a esse respeito venham a desembocar, eventualmente, na independência precoce de suas filhas. Sobre essa questão, é extremamente significativo o depoimento abaixo, situação na qual o salário dos filhos é inteiramente controlado pela mãe, cujas palavras transcreveremos:

"... ela não fica mais em casa, que se interessa em ganhá. Que eu compro as coisa pra ela, né. Segunda-feira mesmo, eu fui lá em baixo e comprei uma toalha pra ela. E ela ficou toda contente! Compro uma coisa, compro outra... Precisa agradá os fio da gente! Se não agradá eles não tem amor na gente! E pegando dinheiro e fazendo compra, uma coisa e outra ... então a gente pega e compra os coisa pra eles, né. Eles fica tudo contente! "

.....

" Já comprei umas coisinha (para o enxoval). Tadinha! Ela tra baia, né! Porque se a gente vai deixá pra quando tivé idade, as coisa tá mais caro. A gente podendo comprá uma toalha, um guardanapo, um lençol, a gente vai comprando e deixa aí, né. Se for sorte dela casa, ela casá; se não for, tá guardado, né! "

(39)

O que é importante ter presente é que as relações que se estabelecem na família supõem uma reciprocidade entre os

que dela participam. A tensão subjacente a estas relações se resolve a certa altura com a saída da casa paterna para a formação de uma nova unidade familiar.

Com frequência, esta saída adquire o caráter de "fuga", denominação utilizada para indicar o processo através do qual se estabelece uma união de fato. Desse modo, a "fuga" opõe-se ao "casamento por bem", indicando constituir iniciativa independente, tomada à revelia de terceiros eventualmente interessados. Muitas destas uniões assim iniciadas legalizam-se imediatamente depois. Outras assim permanecem por um período variável de tempo, formalizando-se ou não no futuro.

Encontram-se aí presentes uma multiplicidade de fatores dentre os quais o mais evidente é a inexistência de recursos para fazer desta transição vital um acontecimento significativo no contexto da sociabilidade. No passado, ao que parece, era de hábito fazer do casamento uma grande festa, des tacando-se no conjunto de rituais sociais o oferecimento de comida com fartura. Esta festa se seguia à cerimônia religiosa do casamento formando, em seu conjunto, um evento extremamente importante na vida local. (40) As dificuldades econômicas eliminaram quase que por completo as festas, mantidas na memória como saudosa recordação do passado. Por esta razão a fuga é, por vezes, realizada de comum acordo com os pais, desobrigando-os da festa.

Mas, de nosso ponto de vista, as dificuldades econômicas são insuficientes para dar conta da frequência com que, no presente, se dão casamentos por fuga, em grande parte contrários especialmente à vontade dos pais da moça. Para além das preocupações destes para com o futuro das filhas, há que examinar a fuga no contexto da análise precedente. Ao estabelecer ou definir uma situação de fato, a fuga elimina a negociação que precede o consentimento paterno. Constitui, deste modo, uma via eficiente de escapar às pressões e limitações colocadas pela família de origem, estabelecendo-se imediatamente através dela um novo núcleo conjugal. Desse modo, a fuga não necessariamente subverte os padrões que fazem da vida conjugal a forma mais aceitável de exercício da sexualidade. É possível que em decorrência do assalariamento, a fuga seja hoje um símbolo da possibilidade dos jovens tornarem-se mais cedo independentes de seus pais, escapando precocemente a seus controles.

Como dizia uma das entrevistadas acerca da fuga de duas de suas jovens filhas:



"... acho que é o sistema. Aqui todo mundo foge né. Quase todo lugar que eu moro aqui em São Paulo, eu vejo que as moça foge... Hoje em dia não usa fazê casamento.

.....

"Antigamente, as moça tinha medo dos pais. Hoje ninguém tem mais. Hoje as fia não têm mais medo dos pais. Essa menina mesmo (que fugira há poucos meses), apanhou, eu dei uma surra nela, virge! Com uma cintona larga, bem grossa mesmo. No outro dia ela foi embora com esse rapaz. Ele é paranaense..."
(41)

Subjacente a estas práticas, no entanto, há o fato de que, como veremos, o casamento constitui para as classes subalternas uma necessidade decorrente das condições de vida. Desse modo, a alternativa da fuga encontra-se permeada pela idéia difusa de que a oportunidade não deve ser perdida. Ou seja, uma vez existente a possibilidade do casamento, não se deve deixar passá-la, sob pena de arriscar-se à perpetuação da subordinação à família de origem.

A isso se liga a compra precoce do enxoval. Mantida no horizonte a eventualidade do casamento, o enxoval começa a ser acumulado, peça por peça, desde cedo como vimos. Ao lado das razões econômicas que a isso conduzem, há ainda o fato de que o casamento pode ocorrer a qualquer tempo e sem espera. É assim que o casamento por fuga integra a gama de possibilidades antecipadas pelos pais, expressão das tensões que cercam o momento de concretização da autonomia das filhas.

Desse modo, a subordinação à família de origem encontra aparentemente uma solução nos limites das possibilidades oferecidas pelas relações familiares. É forçoso dizer, contudo, que as pessoas não vêm a família como a raiz das dificuldades da vida, cujas causas são, no seu entender, os baixos salários e a própria condição de assalariamento. Porém, o caráter insatisfatório da vida vai mais além desta determinação primeira, base sobre a qual se estruturam as relações de exploração no contexto da família. Persiste, porém, alguma ambigüidade frente às relações entre estes dois níveis de determinação de sua situação particular. Desse modo, paira no fundo uma esperança de que o casamento lhes abra possibilidades de uma vida melhor. Do ponto de vista da mulher, o casamento significa a possibilidade de restabelecer a reciprocidade através de uma divisão sexual do trabalho.

1.2 O CASAMENTO E A FORMAÇÃO DA FAMÍLIA

A reprodução das condições de vida das categoriais sociais investigadas implica, de um lado, na venda quotidiana da força de trabalho e, de outro, em arranjos domésticos que efetivam sua reprodução. De fato, se de um ponto de vista o processo de individualização da força de trabalho tende a desarticular a família enquanto grupo na produção, nas condições de vida do trabalhador rural hoje, a família constitui uma unidade de cooperação fundamental, na base da qual se efetivam as possibilidades de sobrevivência.

O caráter instrumental da família tem a ver, diretamente, com a participação da mulher e seu papel na reprodução das condições de vida. A associação homem-mulher tem como pressuposto a combinação entre a venda da força de trabalho masculina e a atividade doméstica feminina. A compulsoriedade do trabalho como condição para a sobrevivência faz da unidade constituída por um homem e uma mulher o elemento básico de estruturação das relações de cooperação.

Com isto não estamos querendo dizer que a família persiste porque há necessidade de cooperação. Enquanto alternativa de vida, a família que se organiza a partir de um núcleo conjugal faz parte do repertório cultural, por assim dizer, da humanidade, estando fora de nossos propósitos aqui investigar suas origens. O que afirmamos tem outro sentido. Por sobreviverem em níveis bastante precários, nisso dependendo do exercício de uma capacidade física de trabalho, a família assume importância maior enquanto solução quotidiana para os problemas da sobrevivência.

Aos olhos da mulher trabalhadora, o casamento é em consequência, a via através da qual pode ser restabelecido um equilíbrio entre trabalho e consumo, entre aquilo com que concorre enquanto esposa e o que recebe em decorrência desta posição. É em função desta expectativa que se avaliam as perspectivas de vida como evidenciam os trechos de entrevista abaixo.

Assim arrematou seu depoimento acerca das razões que a levaram a romper sua união, ressentida pelo fato da família do marido sugar o produto do esforço do casal, em detrimento de seu próprio nível de vida :

"Se é para passar necessidade, passo sozinha!" (42)

Outra entrevistada, referindo-se às perspectivas matrimoniais da filha de 20 anos, declarou:



"Ela disse que não vai casar não. Que não vai casá logo cedo não, vai demorá bastante pra casá. Ela fala que se fô pra casá com um home pobre pra ela trabaiá igual ela trabaia, então ela não casa. 'Se fô casá com home pobre demais prá fazê a vida que eu faço, então não caso!', diz ela. Então, se tem que trabaiá, ela trabaia pra ela mesmo". (43)

É interessante mencionar que este é o caso, aqui já referido, em que a filha saiu de casa dos pais (trabalhando como residentes em uma fazenda) para empregar-se como doméstica em uma cidade vizinha. Constitui, portanto, um exemplo de como o casamento é cada vez mais avaliado no contexto de outras possibilidades de vida. Se é verdade que uma grande parcela da população acaba estabelecendo algum tipo de união tanto hoje como no passado, a alteração na gama de possibilidades de vida para a mulher pode afetar o ritmo ou o timing com que as transições se processam.

Mas, o que nos interessa no momento é precisar as concepções sustentadas pelas mulheres acerca do casamento ou da relação conjugal. São estas concepções que presidem a avaliação das alternativas de comportamento e das qualidades dos eventuais pretendentes, como evidencia o depoimento abaixo. Falando sobre as características dos homens com quem gostaria de ver suas filhas casadas algum dia, assim precisou seu conceito de "casar bem":

"Quer dizer, casá com um moço bom, né. Moço que tem as coisa, que tem a casa bem arrumada, marido com bom emprego. Isso é bem né. Quando casa com moço maloqueiro assim... né? Maloqueiro é uns moço assim que não liga pra vida, sabe(...) Quer dizer que tanto faz ali como aqui. As veiz casa com uma moça, eles põe a moça dentro de casa, ele não liga. Ele sai, vai prá um bar, vai pra uma bagunça. Chega amanhã, é côro! É isso, isso é que é moço maloqueiro. Agora, quando é moço de família, que eles casam, põe a mulher na casa, tem de tudo. Um bom emprego, né. Estimado do patrão... (...) Tem muito maloqueiro moço aí que pega as filha dos otro aí só prá judiá. Deixa passá fome, nueza de ropa, é tudo quanto é coisa... Eu tenho meus filhos, não é falá, mas eles são tudo trabaiaador. Lavoura, mas são trabaiaador! Eles não deixa as mu iê deles passá farta das coisa. Ropa, carçado, comida, não farta". (44)

O depoimento que reproduzimos, parcialmente já transcrito páginas antes, é extremamente revelador, pois evidencia alguns dos conceitos que operam nas avaliações e expectativas das mulheres, desse modo integrando as soluções postas em prá

tica ao longo de suas experiências.

Em primeiro lugar, aparece a idéia de que o casamento deve preencher algumas condições, referidas em última análise às características do marido em potencial. Estas são avaliadas em função de um esquema de divisão sexual do trabalho, em que cabe ao homem o papel de provedor. Estas características opõem o "moço de família" ao "maloqueiro", incapaz de propiciar níveis adequados de consumo à mulher após o casamento e, portanto, desqualificado para o papel.

Associado à qualidade das relações familiares, aparece novamente o conceito de "judiar". Se, antes, a privação aparecia como resultado da ausência de reciprocidade nas relações entre pais e filhos, aqui a precariedade do consumo resulta do fato do homem não corresponder às expectativas de seu papel. "Judiar" é, assim, ter mulher em casa sem provida dos meios mínimos necessários à subsistência, numa situação em que a reciprocidade inexistente até mesmo do ponto de vista das relações inter-pessoais.

Além dessas, aparece também a idéia da vinculação da mulher ao universo doméstico. Esta idéia — complementar àquela que atribui ao homem o encargo da geração de renda — liga-se a um conceito mais amplo de mulher como ser subordinado. Sem que isto envolva qualquer conotação depreciativa, a filha aparece no depoimento em análise como algo que se "pega e bota dentro de casa". É a "filha dos outros" que passa a ser mulher de alguém, transferindo de uma à outra unidade familiar sua capacidade de aportar algo no cotidiano da sobrevida.

Outros depoimentos dão testemunho eloquente das expectativas de complementariedade entre os papéis feminino e masculino. Como o que abaixo reproduzimos, em que a entrevistada relata como pôde, sozinha, dar conta dos filhos que o marido lhe deixara ao morrer e de como resolve, afinal, casar-se com um segundo marido.

"... Tinha que trabalhá prá comê... Eu não tive auxílio de religião, nenhum. Religião minha foi esse braço, ô! Esse aqui! Que eu fiquei com sete criança pequena. Tá todo mundo pra vê, que eu fiquei com esse braço aqui! Esse foi meu marido, ô! (levantando o braço). Que eu trabalhava! Mas também, vou falá pra senhora, não dava prá comprá um metro de pano pra fazê um vestido pras criança. Vestia as roupa que os outros dava, né. Agora a senhora vê, uma casa cheia de criança pequena, hoje em dia... home que é home desacorçoa com um filho



ou dois. Que home desacorçoa com família, né! Eu guentei meu baraiado! Também, não perdia um dia de serviço, muiê! Ia todo dia!" (45)

Mais adiante, continua falando de sua vida e de seu segundo casamento:

"... que nem eu falei, dona. Por que eu arrumei esse homem? Porque minha mãe falava assim que eu não gñento tratã dessas criança. Ele queria morã comigo, fazer vida comigo. Eu falei: 'Bom, eu tenho que arrumã um home' ... (...) Quando ele veio pra casa, as menina minha não era nada, era tudo pequena. Agora são tudo moça, ele ajudava criã, né. Que nem eu falo, se meus filho juntasse... eu tinha os treis (filhos homens mais velhos) casado a esse tempo, quando o pai deles morreu (...) Em vez deles falã assim: 'Mãe, a senhora não precisa de arrumã um home, nóis ajuda a criã os irmão!' Então quer dizer que eu não ia arrumã home prá ajudã eu a criã meus filho, né". (46)

A lógica dos arranjos cotidianos de vida se expressa de modo aberto e claro nas palavras desta mulher, dotada de grande fibra e orgulhosa por não ter a vida conseguido dobrar seu espírito. O braço é alegoria perfeita, tomando o lugar de todas as formas de ajuda na privação. É o símbolo concreto do que foi capaz com seu trabalho, marcando, no entanto, o peso de seu encargo ao assumir tarefas antes compartilhadas com o marido.

A trajetória desta mulher nos leva a considerar a situação das chefes-de-família, especialmente aquelas cujas uniões foram interrompidas por separação ou abandono. Alguns elementos desta situação já aparecem em depoimento analisado em outro contexto, a propósito da independência entre as estratégias de sobrevivência da nova unidade familiar iniciada com o casamento e aquelas das famílias de origem de cada um dos cônjuges. (47) Vale retomá-los aqui, no entanto, pois as mulheres chefes-de-família oferecem a oportunidade de testarmos, pelo insucesso, a adequação da interpretação acerca do casamento nas estratégias de sobrevivência que aqui propomos.

Simplificando nosso argumento, afirmamos que nas classes subalternas da região o casamento constitui para a mulher uma via privilegiada de afirmação da independência individual vis a vis as estratégias de sobrevivência da família de origem. A subordinação aos interesses familiares é vivência da freqüentemente como exploração, atribuindo ambigüamente ao chefe da unidade familiar a responsabilidade sobre atos que

lhes são externamente determinados. O casamento se apresenta, em decorrência, como um meio de restabelecer a reciprocidade, garantia de harmonia e coesão familiares. Seria, deste modo, uma via de superação da exploração, permitindo a formulação de uma nova estratégia de vida independente daquela a que a mulher se achava anteriormente subordinada.

A separação ou a ruptura da união ocorre ao longo das mesmas linhas e sob o efeito das mesmas forças, que, em diferentes circunstâncias, levaram ao casamento. Para além das incompatibilidades pessoais, a ruptura da união testemunha a importância da reciprocidade a cimentar as relações familiares, não importando em que bases o equilíbrio é concretamente encontrado. Certamente que os critérios do razoável variarão em cada caso em particular. A ruptura é, ao mesmo tempo, uma busca que, mais uma vez, não poupa o conflito. Vejamos o que nos dizem alguns depoimentos.

Na primeira situação, trata-se da mãe de dois filhos pequenos, há três anos separada de seu marido com quem viveu cinco anos. Atualmente mantém uma relação permanente com um homem bem mais velho que ela, de boa situação e viúvo, que lhe dá algum dinheiro, o suficiente para ter uma vida mais folgada que a média das mulheres chefes-de-família. (48) É assim que relata sua experiência:

"Eu sempre trabalhei. Quando casei... pensei em casar melhor, piorou ... Num para nem pra comê, dá uns nervo fazê tudo, todas coisa duma vez! Não é fácil, e eu sou trabalhadora!... Pensa bem você: Eu trabalhava em casa, fazia tudo o serviço de casa. Ainda eu ajudava na horta (que ele plantava na horta). Fora nós de casa, tinha quatro camarada, pra cozinhar! Nossa! Eu fazia tudo isso, num parava um minuto. Às vezes eu ia deitar onze horas, onze e meia. Levantava quatro hora, quatro e meia. Num tinha domingo num tinha nada pra mim!" (49)

E prossegue mais adiante:

"Ele fazia o que queria, ele ia aonde ele queria, e eu não. Vivia nesse tempo só indo pra roça. Às vezes eu andava só, ele andava só. Nem pra ir na casa da minha irmã... Não dava! ... Ele, chegava de sábado, de domingo, saía que nem homem solteiro, que num tivesse compromisso nenhum.

.....

Mesmo assim, com tudo que ele fazia eu gostava demais dele. Depois, eu sofri! Nossa senhora!" (50)



Na segunda situação a entrevistada, também jovem e mãe de dois filhos pequenos, relata as razões que a levaram a abandonar seu companheiro e as expectativas conjugais que alimenta:

"Eu larguei dele porque, sabe, num dava certo. Eu precisava trabalhá prá ajudá ele. A bem dizer, trabalhá prá tratá dele... Ele não trabalhava...

.....

Eu acho mais vantagem viver sozinha, né. A não ser que agente achasse um home bão, assim, que desse de tudo, né. Trata-se bem de mim... e dos meus filhos, não deixasse faltá nada pra eles. Mas também eu preferia um home solteiro, livre sozinho. Negócio de homem ser separado de mulher, num querosa bê. Dá de num dia a otra aparecê atrás dele, né? Então, eu acho melhor... se Deus dé sorte eu acho um homem livre..."

(51)

No primeiro caso acima, a ausência de reciprocidade decorria da ausência de companheirismo e de respeito mútuos. No segundo, trata-se do fato de que o marido não satisfazia as expectativas ligadas ao papel de provedor atribuído ao homem no casamento. Em ambos os casos, a situação acaba sendo vivenciada como eminentemente exploratória, frustrando-se as perspectivas alimentadas quando da concretização da união. "Pensei de casá melhorá, piorou", afirma uma delas, introduzindo seu relato sobre a dureza de sua vida, cujas características contradizem as expectativas envolvidas no padrão de divisão sexual do trabalho. Certamente que a ampliação das oportunidades de vida independente para a mulher desempenha importante papel no processo que conduz à ruptura das uniões (52) Ao tornarem viável a sobrevivência feminina independentemente da masculina, as transformações sociais afetam a alternativa do casamento de diversos ângulos, incidindo em vários de seus momentos.

As conclusões acima podem parecer contraditórias em relação à importância por nós atribuída ao casamento e à família nas estratégias de sobrevivência do proletariado — no caso, do proletariado agrícola. A contradição não está, porém, em nosso argumento, mas na situação de vida que aqui procuramos captar em seus variados aspectos. Forças de distintas ordens, radicadas nas relações de classe, atuam por vezes em direções opostas. O que observamos é a resultante, captada de um dado momento, incapaz de encobrir a trama que lhe deu origem. Desta trama faz parte a tensão entre a determinação e a vontade, dando margem a que exceções confirmem a regra. É assim que encontram vantagem em viver sozinhas porque não

podem concretizar o ideal de divisão sexual do trabalho, presionadas pelas condições externas a assumir uma parcela maior do encargo da sobrevivência. Sua trajetória é testemunha de que o problema (ou sua solução) não estão no casamento, mas no modo como a riqueza é produzida e apropriada. A dificuldade de, apesar disso, levarem adiante sozinha o cotidiano da sobrevivência e a persistência na situação de casa das por parte de inúmeras mulheres que experimentam semelhante precariedade nas relações conjugais, reforçam o ponto de vista que aqui sustentamos.

E, aqui, chegamos a uma questão fundamental, tocada sempre de passagem, frequentemente funcionando como pressuposto em diversos momentos de nosso argumento. Refere-se exatamente às raízes da importância da família como solução privilegiada dos problemas da vida cotidiana e, em última análise, de sua importância como verdadeira trincheira para o proletário. (53) Esta importância e este caráter seriam responsáveis, no entender de alguns, pelo conservadorismo encontrado dentre o operariado no que diz respeito à vida familiar. (54)

De fato, o esquema "tradicional" de atribuição de papéis na família é sustentado, ao que tudo indica, por homens e mulheres, apesar de verem suas aspirações desafiadas pela realidade do dia-a-dia. De qualquer forma, no segmento do proletariado que estudamos, a associação homem-mulher tem como pressuposto a combinação entre venda de força de trabalho masculina e atividade doméstica feminina, tendendo o núcleo assim formado a constituir-se como unidade de vida cotidiana independente. Vale a pena reproduzir dois trechos de entrevistas em que se explicitam as expectativas masculinas. Em ambos os casos, trata-se de jovens trabalhadoras que recém iniciam uma vida conjugal, vendo-se logo confrontadas com as opiniões de seus maridos acerca de sua participação no mercado de trabalho.

"Ele não quer que eu trabalhe em lugar nenhum! Não! Imagine se quer?! (...) é só pra ficar em casa né? (...)... Porque se ele arrumou mulher não foi pro modo de trabalhar na roça, nem em lugar nenhum. É pra cuidar dos serviços de casa! É... pra cuidar das coisas assim, costurá a roupa, passá, cuidá de qual quer coisa que precisá cuidá, resolvê alguma coisa que precisá resolvê. (...) quando ele vai trabalhá..." (55)

O argumento central aparece de modo recorrente:

"Ah! Eu adoro trabalhá, mas ele não deixa eu trabalhá. (...) Já trabalhei muito, né! E ele fala, né. Que mulher dele se



fôr prã trabalhã na roça ou trabalhã assim (de empregada) ele não quer de jeito nenhum! Ele fala que quer a mulhê prã ficar em casa, nê! (...) Ele falou assim: "Eu, casã prã ter mulhê prã trabalhar na roça, ou trabalhã de empregada, eu não ! Eu tenho mulhê prã trabalhã na minha casa!" (56)

A atribuição diferencial e definida de papéis masculinos e femininos é evidente nos depoimentos acima. Para a mulher, o padrão tradicional acena com a perspectiva de uma certa equidade na distribuição de encargos e benefícios. Para o homem, trata-se de estruturar um cotidiano satisfatório, vinculando a mulher à esfera doméstica.

Contudo, situações há em que o trabalhador é um peão ou, como se auto-denominam, um "peão-de-trecho". De um modo geral, os volantes dessa condição tomam pensão em casa de alguém, em muitos casos residindo como pensionistas na casa do empregado ou turmeiro para quem trabalham.

A "pensão" compreende um lugar para dormir, lavagem de roupa e alimentação, incluindo o preparo de caldeirão com o almoço a ser levado para a roça a cada dia. Ao final da semana, por ocasião do pagamento, tem lugar o acerto de contas. Nessa ocasião o empregado desconta do salário a ser pago os gastos com casa, comida e lavagem de roupa. É importante ter presente que nesses casos o morar se articula ao trabalhar, sendo esta condição para o primeiro. Reproduz-se assim na cidade situação análoga àquela das fazendas, em que a moradia depende do ajuste anterior de venda da força de trabalho.

A partir de algumas análises acerca das transformações na agricultura paulista nas últimas décadas, poder-se-ia pensar que o peão constitui a personificação acabada do proletário agrícola. Nessas análises, o trabalhador mobilizado nas épocas de safra é, idealmente, um indivíduo solteiro, livre de compromissos que pudessem entrar sua circulação no mercado de trabalho, em função da demanda variável do ciclo agrícola. (57) De fato, como já observamos reiteradas vezes, a subordinação completa do trabalho agrícola ao capital, associada à crescente mercantilização dos meios de vida, conduziu à individualização da força de trabalho. Assim, do ponto de vista do capital, o trabalhador lhe interessa apenas enquanto indivíduo portador de força de trabalho.

Isto, porém, não é toda a história. Os arranjos domésticos do trabalhador interessam ao capital na medida em que influam sobre as características da mão-de-obra. E isto, não só em termos da relação entre os custos da sua mobilização e

a quantidade disponível em determinado tempo e lugar — como no caso dos trabalhadores permanentes que ocupam benfeitorias das fazendas — mas também em termos da disciplina pessoal que a vida familiar possa ser capaz de ensejar. Embora importantes estes aspectos, não é da ótica do capital que pretendemos abordar a questão, mas da ótica do trabalho. E, para o trabalhador masculino, há vantagens sensíveis na constituição de uma família. A situação dos peões fornece indicações fundamentais a esse respeito.

A relação entre peões e empreiteiros envolve grande dose de exploração, especialmente nesses casos em que o empreiteiro funciona como intermediário, não só na venda da força de trabalho, mas também no acesso ao consumo. Assim, além da efetiva possibilidade de manipulação dos ganhos do trabalhador pelo papel que exercem na hierarquia da produção, os empreiteiros têm ampliada essa possibilidade quando provêm grande parte da subsistência quotidiana do trabalhador.

Esta margem ampliada de manipulação evidenciou-se claramente em duas situações defrontadas durante a estada na área estudada.

Na primeira delas, a entrevista iniciada com um peão continha indicações claras de sua insatisfação com relação a um empreiteiro, que abrigava em casa a maior parte dos integrantes de sua turma. O volume de pessoas envolvidas fazia do local um grande cortiço, ferreamente administrado por certa mulher. Ao mesmo tempo abordada para uma entrevista, esta mulher iniciou a conversa, interrompendo-a terminantemente quando veio à baila o tema das relações com os peões ou seja, de como funcionava seu esquema. A partir daí, impediu de todos os modos a continuação dos contatos com o peão entrevistado, impossibilitando de fato que aquelas indicações preliminares tomassem corpo.

Na segunda situação, trata-se da mulher de um ex-empreiteiro, mal sucedido em seu negócio de intermediador de mão-de-obra, encerrado ao cabo de umas poucas safras.

Segundo seu depoimento, o marido acumulou prejuízos durante esse tempo, acabando por desistir do negócio. Assim explica ela as razões do fracasso:

"Deu prejuízo (...) Punhava 4, 5 peão, mai num dava certo. A justava turma para o Fulano e trabalhava de porcentage. (...) Não dava, porque o gasto é muito. A gente dava pensão prá eles (...) eles morava, tinha comida, tinha tudo ... lavava



roupa, eles pagava. Pagava pensão, mai num dava, num dava nem prá eles, nem pro meu velho. (...) Dã se por acaso a Sra. pu nhã família. Se a Sra. ajustã família dã mai se a Sra. ajustã peão, num dã (...). Por causo da comida. O que eles fizê tâ feito. Eles têm que trabalhã prá tirã o deles, têm que fazê força prá tirã e na semana tê o deles. E, tendo o deles, a gente também tem". (58)

O que em suma argumenta, é que o arranjo em que o peão toma pensão com o intermediador de mão-de-obra é precário, tanto do ponto de vista do trabalhador, quanto também do empregado. No limite, este esquema tenderia a se aproximar de uma troca simples entre capacidade de trabalho e meios de subsistência, eliminando a intermediação do dinheiro, apropriado em sua maior parte pelo empregado. Tendo em vista os níveis de salário e para garantir a presença do trabalhador em sua turma — garantindo com isso seus ganhos — o empregado acabaria por subsidiar a reprodução cotidiana do trabalhador.

Detenhamo-nos um pouco mais no depoimento acima transcrito. O elemento crucial na frustração deste arranjo segundo ela é a comida. É este exatamente o item que, comparativamente aos demais, envolve o consumo de uma parte maior de mercadorias e um menor volume de serviços. É óbvio que o cálculo que aqui fazemos é comparativo, não implicando qualquer hipótese acerca do tempo gasto em termos absolutos com cada um dos serviços incluídos na pensão. Refere-se muito mais ao caráter dos itens fornecidos.

A transferência destes encargos à família do trabalhador altera o quadro por uma razão simples. Os serviços domésticos embutidos no preço da pensão são retirados da esfera do mercado e capturados pelo universo doméstico. Neste universo são diferentes os critérios que presidem as relações entre as pessoas. Desse modo, o arranjo familiar vem em socorro de um salário insuficiente. Isto não quer dizer que os salários são o que são porque existe a família. Mas significa que a vida organizada em família altera a qualidade de vida do trabalhador. Porque, quando a subsistência quotidiana implica na compra por um trabalhador sozinho dos serviços necessários — exatamente a situação do peão — torna-se evidente o fato das condições de mercado serem insuficientes para suprir suas necessidades. (59)

Estas indicações robustecem nosso argumento de que a constituição de unidades familiares funciona como um recurso de sobrevivência. A cooperação pela soma dos ganhos de seus

membros e os serviços domésticos que proporciona fazem da família uma necessidade.

Embora o pior lote caiba à mulher nessa partilha, a vida da família proletária não se resume em exploração de uns por outros. A família é, na verdade, um mecanismo eficiente de administração do cotidiano em condições de precariedade material.

NOTAS

1. Este trabalho constitui, com pequenas alterações, o 4º capítulo da tese de Doutorado em Sociologia, defendida em 1982 junto ao Departamento de Ciências Sociais da Fac. de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da U.S.P. com o título A Produção da Vida: A mulher nas estratégias de sobrevivência da família trabalhadora na agricultura. Para sua elaboração concorreram recursos do Programa de Investigações Sociais para Políticas de População na América Latina (PISPAL) e da Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP), Convênio nº B/40/79/277/00/00.
2. Entrevista com M.L. (18 anos), hoje trabalhadora volante residente em Pederneiras, realizada em 1977.
3. Depoimento de M. (22 anos), trabalhadora volante prestes a ter seu primeiro filho quando da realização da entrevista em 1977.
4. É interessante mencionar que segundo M.L., suas irmãs a viam com certas reservas. Achavam-na "fresca" e "besta", queixando-se de que não se acostumara em casa nas ocasiões em que cederia aos apelos de volta. Atribuía isto ao fato de ter sido "acostumada pela casa dos outros", ou seja, acostumada a um nível de conforto fora do alcance de sua família.
5. Depoimento de M. (22 anos), trabalhadora volante entrevistada em 1977.
6. Entrevista com C. (33 anos), trabalhadora volante residente em Pederneiras, realizada em 1978. À época da situação a que se refere no depoimento residia na própria cidade.
7. Depoimento de L. (37 anos), trabalhadora temporária residente em uma fazenda de Pederneiras, feito em 1978.
8. Entrevista com A. (46 anos), trabalhadora residente em uma fazenda de Pederneiras, realizada em 1978.



9. Este é também o ponto de vista de Stolcke, 1980, para quem família se define pela soma de salários de seus membros e pela sua subordinação a um mesmo orçamento.
10. Utilizamos aqui um conceito amplo de casamento para designar a união conjugal. Sempre que necessário, especificaremos os tipos de união respectivos.
11. O caráter nuclear de família sob o colonato, entre parceiros, pequenos produtores familiares e trabalhadores rurais de todo tipo em diversas áreas do país é enfatizado por autores diversos. Veja-se, entre outros: Willems (1954), Durham (1978), Fukui (1979) e Silva Dias (1979).
12. Recorrem também, eventualmente, a soluções desse tipo em casos de incapacitação temporária do chefe masculino para o trabalho, voltando tão logo podem ac arranjo nuclear anterior.
13. Entrevista com R. (20 anos), trabalhadora volante residente em Pederneiras, realizada em 1977.
14. Depoimento de A. (20 anos), trabalhadora volante residente em Pederneiras, feito em 1977.
15. Entrevista com L. (37 anos), trabalhadora temporária residente em uma das fazendas de Pederneiras, realizada em 1978.
16. Depoimento de E. (48 anos), ex-trabalhadora residente em uma das fazendas de Pederneiras, realizado em 1978.
17. Depoimento de E. (48 anos), ex-trabalhadora residente em uma das fazendas de Pederneiras, realizado em 1978.
18. Depoimento de M. (22 anos), trabalhadora volante em Pederneiras, feito em 1977.
19. Confira o trabalho de Sallum Jr. (1979).
20. A imagem de pai-patrão corresponde às situações em que a produção adquire um caráter familiar. Esta imagem foi magnificamente explorada em recente filme com este título. Quanto a nossas entrevistadas, é verdade que em outros contextos distinguam o "trabalho para o patrão" do "trabalho para nós", indicando a eles atribuírem significados também distintos. Sobre a preeminência paterna na "família rural", veja-se as observações de Durham (1978). pp.64/e ss.
21. Entrevista com M.L. (18 anos), trabalhadora volante residente em

Pederneiras, realizada em 1977.

22. Incluem-se entrevistas assistemáticas realizadas com domésticas migrantes em São Paulo e indicações como as fornecidas por Willems e Mussolini (1952). Lá observam que filhas migrantes radicadas em Santos e São Paulo mantêm uma contribuição (em geral esporádica) à família de origem mesmo após o casamento, o que não ocorre com os filhos homens.
23. A exploração sentida pelos filhos não é, em nosso entender, menor que aquela vivida pelas filhas. Contudo, espera-se do homem uma independência que lhe permita, em algum momento, constituir sua própria família. Enquanto isso, a mulher é apenas transferida de uma subordinação a outra.
24. Sobre este aspecto, veja-se BRASIL, SUDENE (1978), especialmente capítulo 2 (Relatório de pesquisa coordenado por Luiz Antonio Machado da Silva). Como nos chamava atenção um dos alunos de recente curso em Salvador, o chefe de família do sertão nordestino se transforma frequentemente em verdadeiro "gerente", organizando e articulando a migração de alguns com o trabalho dos que ficam, ele mesmo pouco se envolvendo com o trabalho direto.
25. Esta questão é discutida por Braun (1966). O autor é de certo modo ambíguo ao avaliar os efeitos da manufatura sobre a família ao mostrar que, ao mesmo tempo, as relações de exploração entre pais e filhos precederam a industrialização. O ponto de vista do autor não deixa claro o que afinal pode ser imputado às transformações sociais gerais.
26. Autores como Anderson (1971) colocam a necessidade de reciprocidade na família como um resultado ou indicador do processo de individualização. Do nosso ponto de vista, as relações entre os membros da família envolviam nexos de reciprocidade desde tempos anteriores, variando, isto sim, o modo através do qual as trocas se efetivam. O que discrimina, no tempo, são as relações de subordinação no processo de trabalho. A família foi sempre uma unidade tensa. As mudanças havidas permitiram que, como dissemos, os interesses individuais pudessem ter outros desdobramentos. É ao longo dessas linhas que devem ser avaliadas as indicações acerca da intensificação nos conflitos geracionais, divergindo nosso ponto de vista daquele sustentado pelo autor acima citado. Veja-se também Martinez - Alier (1977), p.88 e Stolcke (1980), pp.15-16.
27. Depoimento de R. (65 anos), hoje trabalhadora volante residente em Pederneiras, feito em 1978.



28. Depoimento de E. (48 anos), ex-trabalhadora agrícola residente em uma das fazendas de Pederneiras, feito em 1978.
29. Depoimento de A. (46 anos), trabalhadora temporária residente em uma das fazendas do município.
30. Entrevista com A. (40 anos), trabalhadora volante residente em Pederneiras, realizada em 1978 (ênfase da entrevistada).
31. Veja-se o depoimento de C. (33 anos), já reproduzido.
32. Depoimento de D. (51 anos), ex-trabalhadora residente em uma das fazendas de Pederneiras.
33. Cf. depoimento de C. (33 anos), já reproduzido.
34. Entrevista com A. (20 anos), trabalhadora volante residente em Pederneiras, realizada em 1977.
35. Depoimento de W. (19 anos), ex-trabalhadora volante residente em Pederneiras, realizada em 1978.
36. Entrevista com C. (22 anos) e N. (13 anos), ambas trabalhadoras volantes residentes em Pederneiras, realizada em 1978.
37. Depoimento de A. (46 anos), realizado em 1978. Neste contexto a referência é aos filhos homens, equivalendo sua opinião a respeito da única filha mulher, ainda solteira e vivendo em outra cidade como empregada doméstica.
38. A conotação de "luxo" que estes itens assumem se explica em função da precariedade da alimentação destas pessoas, mantidas de pé com café, pão, arroz e algum feijão. Situações como esta ilustram de modo claro a dificuldade em se tomar a reprodução da força de trabalho como norma ou padrão na avaliação das condições de salário, como bem acentua Souza (1980).
39. Entrevista com C. (33 anos), trabalhadora volante residente em Pederneiras, realizada em 1978.
40. Este tema é tratado por Gnaccarini (1971).
41. Entrevista com L. (37 anos), trabalhadora residente em uma das fazendas do Município, realizada em 1978.
42. Entrevista com A. (20 anos), trabalhadora volante residente em Pederneiras, realizada em 1977.

43. Entrevista com A. (46 anos), trabalhadora residente em uma das fazendas de Pederneiras, realizada em 1978.
44. Depoimento de E. (48 anos), ex-trabalhadora, residente em uma das fazendas do Município, feito em 1978.
45. Entrevista com E. (48 anos), ex-trabalhadora residente em uma das fazendas de Pederneiras, realizada em 1978. À época dos acontecimentos relatados, E. vivia em cidade de Município vizinho, trabalhando como volante nas culturas de cana-de-açúcar e café.
46. Idem.
47. Confira o depoimento de A. (20 anos) reproduzido anteriormente. Esse depoimento manifesta o mesmo tipo de concepção acerca da relação homem-mulher que aqui acentuamos.
48. A pessoa a quem se acha ligada é proprietária de um pequeno sítio tocado por empregados e de uma padaria em cidade vizinha, ocupando-se do contato domiciliar com a freguesia da padaria. Com o dinheiro que dele recebe, paga o aluguel de uma pequena mas decente casinha e a uma vizinha em troca de olhar seus filhos e lavar-lhe toda a roupa, o que constitui a parte mais pesada do serviço doméstico.
49. Depoimento de D. (30 anos), trabalhadora volante residente em Pederneiras, realizado em 1977.
50. Idem.
51. Entrevista com L. (26 anos), trabalhadora volante residente em Pederneiras, realizada em 1978.
52. Não é por acaso que as mulheres chefes-de-família são mais frequentes na cidade do que nas áreas rurais, como atestam nossos dados e os de inúmeros outros autores.
53. Como já tivemos oportunidade de mencionar, este ponto de vista é compartilhado por outros autores. Veja a respeito a Introdução à minha Tese de Doutorado, A Produção da Vida.
54. Veja os problemas levantados acerca deste ponto de vista no trabalho de Durham (1980).
55. Depoimento de M. (22 anos), trabalhadora volante residente em Pederneiras, colhido em 1977.



56. Entrevista com M.L. (18 anos), trabalhadora volante residente em Pederneiras, realizada em 1977.
57. Esta parece ser, por vezes, a posição de Ianni (1976), embora traga no texto argumentos que suportam a importância para o trabalhador do arranjo familiar.
58. Depoimento de A. (58 anos) residente em Pederneiras, feito em 1978.
59. Esses aspectos aqui enfatizados aparecem também em depoimentos colhidos por outros autores em áreas canavieiras. Vale a pena reproduzir um trecho citado por Ianni (1976), relatando um trabalhador suas vindas periódicas da Bahia para o trabalho nas safras em Sertãozinho: "... desta vez trouxe a família (...) Sozinho a gente sofre muito, a gente tem que pagar tudo e não acha as coisa do jeito que a gente quer. Das vez que eu vim sozinho cheguei a morar 2 ano em alojamento da Usina, era muito ruim (...). Os outros ano morei em pensão, mas era aquela nota, era pagã tudo, comer mal, o dinheiro que a gente veio pra ajuntã, acabava gastando quase tudo. Aí resolvi vim com a família, disseram, por lâ que todos nós arrumava emprego (...)"

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANDERSON, M. 1971. Family structure in nineteenth century Lancashire. Cambridge, Cambridge University Press.
- BRASIL, SUDENE (ed.). 1978. Estratos populacionais de baixa renda. Recife, SUDENE-DRH, Vol.2.
- BRAUN, R. 1966. The impact of cottage industry on an agricultural population. In: LANDES, D.S. (ed.). The rise of capitalism. New York, The Macmillan Company, pp. 53-64.
- DURHAM, E. R. 1978. A caminho da cidade. São Paulo, Perspectiva.
- DURHAM, E. R. 1980. A família operária : consciência e ideologia. DADOS - Revista de Ciências Sociais, 23 (2):201-3.
- FUKUI, L.F.G. 1979. Sertão e bairro rural. São Paulo, Ática.
- GNACCARINI, J. C. 1971. Organização da família e do trabalho em grupos rurais marginais no Estado de São Paulo. Revista de Administração de Empresas, 11(1):75-94.

- IANNI, O. 1976. A classe operária vai ao campo. Cadernos CEBRAP 24. São Paulo, CEBRAP.
- MARTINEZ-ALIER, V. 1977. As mulheres do caminhão da turma. In: PINSKY, J. (org.). Capital e trabalho no campo. São Paulo, Hucitec.
- SALLUM Jr., B. J. 1979. "Capitalismo e cafeicultura no oeste paulista: 1888-1930". Tese de Doutorado em Sociologia apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP, São Paulo. (mimeo).
- SILVA DIAS, A.M.P. da. 1979. "Fartura ou carestia ou da proletarização do colono do café". Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da PUC-SP. São Paulo, agosto. (mimeo).
- SOUZA, P.R.C. 1980. "A determinação dos salários e do emprego nas economias atrasadas". Tese de Doutorado em Economia apresentada ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UNICAMP. Campinas. (mimeo).
- STOLCKE, V. 1980. The panacea of economic development for the condition of women : the case of São Paulo coffee plantations. Burg Wartersteins Symposium Nº 85. (The Sex Division of Labour, Development and Women's Status), 2-10 agosto.
- WILLEMS, E. 1954. A estrutura da família brasileira. Sociologia, 16(4):327-40.
- WILLEMS, E. e MUSSOLINI, G. 1952. Buzio's island: a caiçara community. Monographs of the American Ethnological Society, nº 20.



ABSTRACT - MARRIAGE AND SURVIVAL STRATEGIES OF WORKING CLASS FAMILIES IN THE AGRICULTURE OF SÃO PAULO - Within the larger context of reconstructing the individual trajectories and family strategies of women active in agricultural work in the municipality of Pederneiras, in the State of São Paulo, one particular moment is focused, namely marriage. Marriage constitutes a particularly critical event in people's lives and those of their families, through which some fundamental interests which are the building blocks of domestic life become explicit. The analysis of these diverging interests makes it possible to draw a quite complex image of family life in which conflict and cohesion appear as opposite faces of the same coin. Moreover, one perceives the way in which historical time impinges on individual and family time, structuring unequal living alternatives at every moment. In this sense, it is shown how the agricultural transformations of the region, in defining certain possibilities of making a living, bring about changes in the meaning of marriage as an alternative for the lower-class woman.